

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
Exercício de 2015

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.
2. Durante o exercício, procedemos às verificações e análises que consideramos convenientes e apreciamos as contas do Município. Para o efeito, recebemos dos serviços da Câmara Municipal todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No que se refere ao encerramento do exercício foi apreciado o Relatório de gestão e completado o exame, designadamente, das Demonstrações financeiras e seus Anexos exigidos por lei, com vista à sua certificação legal, que nesta data emitimos, embora limitando as conclusões nas áreas relativas à inventariação e valorização do imobilizado, bem como da contabilização de subsídios de investimento associados.

Parecer

4. Face ao exposto, e ainda que sujeito aos efeitos das referidas limitações no âmbito do nosso trabalho, somos de parecer que os documentos de prestação de contas do MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA relativos ao exercício de 2015, referidos na Certificação Legal das Contas emitida, foram preparados e apresentados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis ao setor autárquico, e se encontram em condições de serem aprovados.

Porto, 22 de Abril de 2016

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.

CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º28)
Representada por Noé Gonçalves Gomes (ROC n.º 498)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Município de Paredes de Coura, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 74.472.300 euros e um total de fundos próprios de 38.432.415 euros, incluindo um resultado líquido de 688.071 euros), a Demonstração de resultados, os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 12.594.707 euros de despesa paga e um total de 11.880.100 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e a execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Member of JPA International

Porto (Sede) Rua da Torrinha, 228 H-6º Div 1 - 4050-610 PORTO
T +351 222 014 000 - 222 016 001 - 224 074 050 F +351 222 025 005
Lisboa Rua Nova dos Mercadores (EXPO), LT 2.06 03 B - 1990-239 LISBOA
T +351 224 074 049 F +351 214 078 805
E e-mail: ctng_sroc@ctngsroc.com W www.ctng-sroc.com

JIPA International



MEMBER OF THE
FORUM OF FIRMS

Reservas

7. Na falta de um processo de reinventariação geral dos Bens de Domínio Público e Imobilizações Corpóreas do Município, não foi ainda possível a confirmação, quer em termos de comprovação física, quer em termos dos valores atribuídos, designadamente da razoabilidade dos que resultam de avaliação, por não haver registo do custo de aquisição, e correspondentes efeitos nos resultados do período, dos gastos de amortização e da imputação de subsídios de investimento que lhes estejam associados.
8. O Município adota a política de capitalizar o custo das grandes reparações e beneficiações que se considera que aumentam o período de vida útil previsto dos bens do imobilizado objeto das mesmas. Todavia, tal como referido no ponto 8.2.5. do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, as taxas de amortização subsequentemente praticadas sobre esses acréscimos são as que já decorrem da vida útil inicialmente estimada, não sendo, como deveria, determinado um período específico de utilidade dessas reparações e beneficiações, enquadrado de forma consistente com a vida útil do ativo em causa e de acordo com o ciclo dessas reparações. Não obstante as retificações já feitas, incluindo efeitos referentes a exercícios anteriores e que foram registados diretamente em resultados transitados, no valor de 548 mil euros, em face da multiplicidade de situações e necessidade de uma reapreciação criteriosa e geral, não nos foi possível estimar os ajustamentos adicionais que poderão ainda vir a mostrar-se necessários.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Paredes de Coura, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 22 de Abril de 2016

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.

CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA (n.º 28)
Representada por Noé Gonçalves Gomes (ROC n.º 498)